



PRÁTICA FORENSE PENAL

Capítulo V – Incidentes Processuais

21) Pedido de instauração de incidente de insanidade mental pela acusação

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____.^a
Vara Criminal da Comarca ____.
Processo n.º ____

O Ministério Público,¹ nos autos do processo-crime que move contra Y,² qualificado a fls. ____, vem, respeitosa-mente, à presença de Vossa Excelência requerer a instauração de incidente de insanidade mental do acusado, nos termos do art. 149 do Código de Processo Penal, pelos seguintes motivos:

1. O fato criminoso cometido pelo réu é grave, consistente em atentado violento ao pudor de criança de tenra idade, razão pela qual Vossa Excelência decretou a sua prisão preventiva.

2. Entretanto, as declarações prestadas na fase do inquérito policial, quando confrontadas com o interrogatório colhido em juízo, demonstram falta de lógica e de concatenação de idéias do acusado, não sabendo explicar o que fez, bem como alegando que nem mesmo se lembra do ocorrido. Experimenta, por vezes, um elevado sentimento de culpa, ao mesmo tempo em que, noutros trechos das suas declarações, apresenta-se frio e completamente insensível ao fato. Pode padecer de enfermidade mental, o que implicaria na possibilidade de constatação da sua inimputabilidade ou semi-imputabilidade.

Ante o exposto, requer-se a instauração do incidente de insanidade mental, nomeando-se curador ao réu e sobressaindo-se o curso do feito até que seja concluído este procedimento incidente.

Protesta-se pela apresentação de quesitos oportunamente. Por derradeiro, requer-se a imediata transferência do réu para hospital especializado, a fim de facilitar o trabalho dos peritos e para que, sendo o caso, possa receber imediato tratamento, nos termos do art. 150 do Código de Processo Penal.

Termos em que,
Pede deferimento.

Comarca, data.

Promotor de Justiça

¹ Embora constitua praxe forense a utilização da expressão “Justiça Pública”, em verdade, ela inexistente. Quem promove a ação penal é o Ministério Público. Quem aplica a lei ao caso concreto, realizando *justiça* é o Poder Judiciário. Logo, não há “Justiça Pública”, como sinônimo de órgão acusatório.

² O incidente de insanidade mental pode ser iniciado de ofício pelo juiz, bem como a requerimento também da defesa, do curador do réu (se existente) e de ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado (art. 149, CPP).